



SESSÃO TEMÁTICA Nº 11 - Políticas públicas, desenvolvimento e relações Internacionais: interfaces para a gestão pública, social e privada local

Cooperação internacional como plataforma de projeção de interesses nacionais: elementos estruturais e diferentes formas de cooperação.

**João Gabriel Naghettini Gomes/Mestrando no PPGRI/UFBA
Pedro Victor Carvalho/Mestrando no PPGRI/UFBA**

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discutir os principais aspectos da cooperação internacional como projeção de interesses nacionais e sua relação com o sistema internacional que se firma ao longo do século XX. Inicialmente será conceituada a cooperação internacional tradicional, suas origens, elementos estruturantes e a relação destes com uma economia global e um sistema internacional em vias de construção. Posteriormente, serão enumeradas às características que fomentaram e possibilitaram a formação de um sistema de cooperação sul-sul, responsáveis também por conferir-lhe um aspecto distinto do assumido pelas iniciativas tradicionalmente consideradas como cooperação e formuladas pelas nações do hemisfério norte. Por fim, serão apontadas as particularidades do modelo de cooperação chinês, chamando a atenção do leitor para a distância entre o mesmo e as demais relações de cooperação que se estabelecem entre as nações do hemisfério sul.

O trabalho empregou o método dedutivo e deriva diretamente das pesquisas de pós-graduação dos autores, possuindo como principal abordagem metodológica a exploração de referenciais bibliográficos teóricos trabalhados ao longo dessas pesquisas. Mais do que simplesmente propor-se uma exposição histórica acerca destes diferentes modelos de cooperação internacional, o presente trabalho objetiva extrair considerações

teóricas dessa revisão histórica, possibilitando a visualização da influência de agendas políticas domésticas sobre regimes de cooperação internacional e a relação destes com o funcionamento de um sistema internacional e de uma economia global.

Palavras-chave: cooperação, desenvolvimento, relações internacionais

Introdução

A ajuda externa e a cooperação internacional são sistemas caracterizados pela transferência coordenada de recursos materiais ou intelectuais com vistas a atingir objetivos comuns entre diferentes atores da política internacional. Essas relações normalmente são estabelecidas de forma bilateral entre dois países que atuam respectivamente na condição de doador e receptor de recursos, entretanto, podem operar de forma multilateral por meio de Organizações Internacionais ou de forma triangular, quando além das figuras de financiador e beneficiário, surge à do executor de determinada ação/projeto de ajuda ou cooperação (AYLLÓN, 2007 p. 26).

Tais ações estão situadas dentro de um contexto político e estratégico que podem possuir motivações e finalidades diversas, mas estão associadas ao fato de, em linhas gerais, realizarem “a transferência de dinheiro, bens ou serviços de uma nação para outra” (MORGENTHAU, 1962 p. 301). Dessa forma, de acordo com a finalidade desses mecanismos Morgenthau (op. cit. p. 301) distingue essas ações em: ajuda humanitária, de subsistência, externa, militar, de suborno, de prestígio e para o desenvolvimento econômico¹. Ayllón (2006 p. 26) apud Holsti (1967 p. 494) aponta cinco traços que permitem caracterizar uma relação de cooperação, quais sejam: interesses mútuos, expectativa no cumprimento dos objetivos, acordo expresso ou tácito sobre a transação e seus requisitos, existência de um protocolo de ação e o desenvolvimento das atividades para cumprimento do acordo.

Ressalta-se que as motivações políticas dos países que fornecem ajuda são um elemento preponderante na concessão de ajuda externa, de modo que Alesina e Dollar (2000) ao analisar o padrão das concessões da ajuda externa apontam que fatores

¹ Para verificar as distinções entre as diferentes modalidades de ajuda/cooperação ver Morgenthau (1962).

político-estratégicos são na maioria dos casos muito mais preponderantes do que necessidade econômica ou desempenho das políticas dos destinatários. Ressalta-se, entretanto que a análise realizada por Alesina e Dollar (op. cit.) está centrada nos doadores tradicionais².

Nesse cenário, a China tem adquirido um protagonismo cada vez maior quando se trata de cooperação internacional, sobretudo no que diz respeito à cooperação Sul-Sul – cooperação entre países subdesenvolvidos ou emergentes do sul global, em grande parte voltada para o desenvolvimento, fator que historicamente é um ponto de grande relevância para a política externa do governo chinês (HONG, 2012) visto que favorece parcerias estratégicas no contexto internacional. Ressalta-se ainda, a China na condição de país emergente, exerce tanto o papel de formulador quanto de destinatário de projetos de cooperação, entretanto, com o aumento do potencial econômico da China é observado um direcionamento cada vez maior para a condição de doador do que para a condição de receptor dessas políticas.

No que diz respeito à cooperação chinesa, preserva-se o teor político estratégico da cooperação que é característico dos doadores tradicionais, ao passo que se extinguem determinados parâmetros de exigibilidade apontados pela maior parte dos doadores ocidentais, conforme aponta Mendes (2010 p. 39) a China apresenta-se como um parceiro e não como um guia que dita às regras do relacionamento posicionando-se alternativamente aos doadores ocidentais e desafiando os interesses europeus e transatlânticos nos países receptores.

A partir dos fatores acima delineados, o presente trabalho se divide em três etapas: Inicialmente, exploraremos a evolução institucional de um sistema de cooperação internacional que orienta as políticas dos doadores tradicionais, em um segundo momento, apresentaremos a trajetória das relações de cooperação estabelecidas entre as nações do sul, chamando a atenção do leitor para os limites e obstáculos que se apresentam a celebração destas relações. Por fim, discutiremos como a cooperação chinesa está associada aos objetivos político-estratégicos da nação, conseqüentemente

² Os autores analisam majoritariamente países do norte global com maior fluxo de ajuda bilateral tais como EUA, Japão, França e Alemanha, a partir da base de dados do comitê de assistência da OCDE, quinçenalmente entre os anos de 1970 a 1995. Para mais informações ver Alesina e Dollar (2000).

refletindo acerca do significado da ascensão chinesa para o sistema internacional e caracterizando o modelo de cooperação chinesa.

O trabalho adotou o método dedutivo por meio de pesquisa bibliográfica, que teve como ponto de partida o referencial teórico estudado no curso de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA).

Trajatória histórica da cooperação internacional tradicional

A trajetória da implementação de políticas de cooperação pelos doadores tradicionais tem sua origem remetida ao período do pós Segunda Guerra e a conferência de Bretton Woods. Mesmo que existam experiências de cooperação internacional prévias a guerra, com participação dos Estados Unidos da América (EUA) e das metrópoles sobre suas colônias³, o cenário bipolar que se assenta no pós-guerra promove a união do mundo livre em torno de uma arquitetura da cooperação capitaneada pelos EUA, cujo principal objetivo seria a imposição de barreiras aos possíveis avanços revolucionários soviéticos (MURPHY, 2014).

Devastados depois da guerra, os países europeus estavam desprovidos de recursos com os quais reconstruírem suas economias e frear o que parecia ser um avanço violento da esquerda em todo o continente, onde partidos comunistas ganhavam cada vez mais popularidade e ameaçavam ocupar os governos de países chave como a Itália ou mesmo a França (KRAYCHETE, 2014, p. 230). Respondendo a estas pressões e aos próprios riscos de uma recessão na economia americana devido à queda das importações européias, o governo de Truman implementa o Plano Marshall para a reconstrução da Europa deslocando quantias inéditas a título de cooperação para o continente. O anticomunismo será então o principal elo de associação entre a cooperação internacional e a agenda de política externa norte-americana, capaz de mobilizar meios de comunicação, a classe média do país, suas forças armadas, setores

³ Como demonstra Murphy (2014), políticas de cooperação estabelecidas entre administrações coloniais e metrópoles imperiais já vinham sendo pensadas desde antes da primeira guerra, ainda assim estas não poderiam ser associadas a CID posteriormente institucionalizada devido a grande diferença nos métodos e objetivos adotados por elas.

governamentais e empresariais. De um ponto de vista teórico/metodológico, Milani demonstra como:

“[...] os anos 1950 e 1960 assistiram à consolidação de um desenvolvimentismo estreitamente associado ao keynesianismo e à ideia de modernização. Os países foram classificados (desenvolvidos e subdesenvolvidos); indicadores foram criados para medir as diferenças entre os países (PIB *per capita*); diagnósticos foram realizados – necessidade de investimentos em tecnologia e infraestrutura física, que assegurariam o arranque ou *take off* dos países atrasados; e soluções foram discutidas no sentido de substituição de formas de organização social, instituições, valores tradicionais e motivações considerados pouco propícios ao desenvolvimento, sempre na expectativa de que os ganhos do crescimento pudessem se distribuir automaticamente de cima para baixo, por efeito de percolação (*trickle down*)” (MILANI, 2014, p. 35).

Ainda assim, as estratégias de reconstrução das economias europeias diferiam muito nas agendas americanas e europeias. Enquanto os europeus pretendiam diminuir o valor de suas importações em dólar e fortalecer suas estruturas comerciais de bases coloniais e bilaterais, os americanos profetizavam uma economia global dirigida pelos princípios do multilateralismo e comandada pela sua hegemonia. De qualquer maneira, os soviéticos não esperariam para sempre e o plano foi executado: para a administração dos recursos provenientes dos EUA foram recrutados diversos empresários e foi criada uma agência especializada (ECA), na Europa criou-se seu espelho, a OCEE (Organização para a Cooperação Econômica Européia). Estabelecem-se assim as bases institucionais da cooperação internacional, configurando uma tradição de cooperação internacional dotada de regras e mecanismos de avaliação próprios: a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) (ibid p. 34).

Essa CID, institucionalizada em grande parte devido aos esforços norte americanos detém então um DNA essencialmente político, ela tem suas origens no contexto de guerra fria e serve como ponta de lança da expansão de uma economia liberal e multilateral vista como principal barreira contra distúrbios sociais e possíveis revoluções comunistas. A CID que se origina dessa dinâmica é uma CID modernizadora, que classifica os países segundo seu nível de desenvolvimento, gera

indicadores com os quais compará-los e recomenda supressão de diferentes instituições ou formas de organização vistas como nocivas ao desenvolvimento (ibid p. 35).

Apesar de os EUA terem sido relativamente bem sucedidos em pressionar seus aliados e convencê-los a adotar e dividir os custos políticos e financeiros da expansão desta CID, que seria reivindicada pelos demais continentes com o passar do tempo⁴, os moldes segundo os quais ela vinha se institucionalizando estavam longe de serem universalmente aceitos. Neste aspecto, o regime de cooperação dirigido pela comunidade europeia seria não apenas quantitativamente significativo (senão dominante em alguns casos), mas também diferente daquele promovido pelas instituições de Bretton Woods e pelos EUA (ibid. p.34).

Naturalmente, a composição deste regime de cooperação fundamenta regras próprias que orientam o exercício da CID por parte da comunidade, criando-se uma tradição ou jurisprudência própria de cooperação europeia. Embora seja atraente o impulso de categorizarmos as políticas de cooperação promovidas pelo ocidente em um único pacote, Ferreira (2004, p. 359) argumenta que o fato da tradição de cooperação internacional europeia conviver com outra tradição fundamentada por instituições terceiras, não ameaça a soberania de suas concepções⁵.

Em sua origem no tratado de Roma em 1957, a União Europeia já considera políticas de cooperação para o desenvolvimento do Sul como essenciais para a própria existência da comunidade, dada a necessidade de acesso a matérias primas, mão de obra e recursos aos quais eram necessários para abastecer a reconstrução dos setores industriais europeus, sendo o desenvolvimento do continente africano em especial, visto como uma espécie de extensão das atribuições dos estados europeus⁶. A formulação de tais políticas por sua vez, se explica pelas pretensões de manutenção de influência colonial, sobretudo por parte de algumas nações específicas (notadamente a França), de forma que o regime de cooperação instituído na fundação da comunidade é

⁴ Embora numerosos os clamores por um plano Marshall para a Ásia ou para as Américas, Milani (2014) demonstra como eles serão atendidos apenas na medida em que os continentes ganham protagonismo no contexto da guerra fria.

⁵ Ferreira (2004) argumenta que a principal ameaça a CID europeia viria das próprias dissidências políticas internas entre os membros da comunidade.

⁶ Vale lembrar que a época boa parte do continente africano ainda era constituído por colônias europeias.

regionalizado de forma a atender os objetivos coloniais de alguns de seus membros (ibid. p.362). Por sua vez a formulação de um regime de cooperação regionalizado, além de facilitar a entrada de membros chave à comunidade, também acaba fortalecendo os vínculos entre a comunidade europeia e o mundo subdesenvolvido enquanto garante a comunidade seu acesso privilegiado aos mercados do Sul.

Embora as pretensões colonialistas presentes nas políticas de cooperação para o desenvolvimento formuladas pela comunidade europeia sejam de difícil questionamento, as reivindicações expressas pelos líderes reunidos em Bandung no ano de 1955 e os movimentos de independência que se organizam no continente africano ao longo da década de 50, funcionam como uma espécie de linha na areia que impõem limites às pretensões coloniais europeias. O regime de cooperação pensado pela comunidade passa a se apresentar então como “um espaço comercial preferencial apoiado em ajudas econômicas canalizadas através do Fundo Europeu de Desenvolvimento e do Banco Europeu de Investimentos” (ibid p.366).

Em outras palavras, apesar de atrelar os interesses coloniais de certas nações a seu regime de cooperação, e por vez os interesses comerciais de toda a comunidade a estes, as motivações expressas para a execução de tais políticas passam a ter de se apresentar como solidárias e de alguma maneira comprometidas com o desenvolvimento dos países receptores dessa ajuda. Como Heloise Weber argumenta (2016, p. 154), talvez a maior conquista da conferência de Bandung em 1955 foi a construção de uma metanarrativa que transforma o desenvolvimento econômico e humano do Sul em algo próximo de uma obrigação contratual, ativada no curso das interações entre os dois hemisférios⁷.

A pressão resultante dos ecos de Bandung se solidifica na década de 70, na forma de reivindicações por uma nova ordem econômica internacional (NOEI). Neste contexto, especialmente atacada pelas feições colonialistas atribuídas às bases regionalistas de seu modelo de cooperação, o regime de CID construído pela comunidade europeia se reinventa, admitindo sua associação as novas dinâmicas de uma economia global enquanto se esforça para manter laços especiais com partes do mundo

⁷ Naturalmente, a autora não pretende sugerir que tal metanarrativa seja incapaz de se manipular ou ser desrespeitada, mas que ela se torna um aspecto protagonista nas relações de cooperação entre norte e sul. Ver mais em Weber (2016)

em desenvolvimento. Assim a década de 70 assiste a intensificação de relações isentas de um princípio de reciprocidade, onde os países menos desenvolvidos passam a se beneficiar de dinâmicas como, por exemplo, um tratamento aduaneiro favorável (FERREIRA, 2004, p. 359). O auxílio ao desenvolvimento e o incremento no comércio entre os membros da comunidade e os países do Sul se tornam duas faces de uma mesma moeda: concessões não recíprocas pelas quais a Europa se compromete com a transferência de recursos e tecnologias passam a ser negociadas insistentemente pelo acesso privilegiado aos mercados do Sul⁸.

Já a virada para a década de 80 introduz uma nova dinâmica de condicionalidades e imposição de reformas estruturais nas políticas de CID executadas pela comunidade europeia e também pelas instituições de Bretton Woods. Podemos atribuir esse movimento não apenas a mais íntima associação entre os dois regimes de CID, mas também a uma nova rodada de preocupações com a eficiência dessa ajuda, suscitadas pela crise de endividamento do terceiro mundo nesta mesma década e também pelas reivindicações por transformações nas estruturas comerciais internacionais e na divisão internacional do trabalho, que já vinham sendo formuladas há pelo menos uma década (KRAYCHETE, 2016, p. 256).

Como já mencionado, a inserção dos programas de reajuste estrutural no regime de CID da comunidade é em parte uma resposta a crise de endividamento do terceiro mundo e as demandas por uma nova ordem econômica internacional, mas também são uma resposta aos programas de reajuste estrutural que já começavam a ser executados pelas instituições de Bretton Woods e que eventualmente afetariam as estruturas dos países envolvidos nas dinâmicas de CID europeias (FERREIRA, 2004, p. 384). Embora as propostas provenientes da comunidade se diferissem daquelas vindas das instituições de Bretton Woods e dos EUA, o desmoronamento da USSR transforma o Leste Europeu em palco prioritário da CID ocidental, diminuindo a quantidade de financiamento disponível e aproximando ainda mais as propostas de reajuste estruturais europeias daquelas formuladas pelas instituições de Bretton Woods.

⁸ Como reforça Ferreira (2004, p. 375), STABEX e SYSMIN são dois casos exemplares de iniciativas de garantia dos preços e fluxos de exportações fortalecidas e expandidas durante a década de 70.

Relativamente unificados os regimes de CID do primeiro mundo (após passarem por trajetórias históricas diferentes, mas ainda assim associadas), nos encontramos diante de um regime de CID ocidental, consideravelmente institucionalizado e que carrega consigo um acordo intelectual sobre os caminhos para se atingir o desenvolvimento. Todo este processo tem como uma de suas principais conseqüências grandes avanços nos campos das ciências humanas, que passam a receber mais recursos para o aprimoramento deste acordo intelectual (KRAYCHETE, 2016, p. 239). A institucionalização desta CID resulta na própria criação de órgãos governamentais destinados a planejar o desenvolvimento da nação e direcionar recursos para o mesmo. Este consenso será transmitido aos órgãos governamentais associados ao desenvolvimento das nações, as instituições não governamentais e interestatais criadas para conduzir este desenvolvimento e mesmo as universidades, responsáveis por preparar os futuros dirigentes do desenvolvimento.

Como ilustrado anteriormente, a década de 70 marca um momento de crise e de reinvenção do conceito de desenvolvimento socioeconômico. A iniciar pelo desmonte do sistema financeiro de Bretton Woods, soma-se a desaceleração do crescimento no primeiro mundo e também a desilusão do terceiro mundo quanto às perspectivas de o modelo de CID vigente atingir seus objetivos declarados. Como Milani bem descreve:

“Os anos 1970 são, portanto, paradoxais, uma vez que os primeiros sinais de crise de confiança nos princípios e mecanismos da CID coincidiram com a institucionalização avançada de seus atores, suas práticas, suas narrativas e de todo o seu *modus operandi* que se mantêm, com algumas alterações discursivas e processos de sofisticação metodológica, até os dias de hoje.”
(MILANI, 2014, p. 34)

Neste contexto, a ONU havia se tornado o palco de um embate entre forças que profetizavam uma nova ordem internacional, opondo o mundo subdesenvolvido a forças que já idealizavam doutrinas neoliberais (KRAYCHETE, 2016, p. 256). A década de 80, entretanto, esvazia esse palco de conflitos: a crise de endividamentos generalizada entre o terceiro mundo, as novas condicionalidades impostas sobre as políticas de transferência de recursos do norte, as pontuais concessões do primeiro mundo e finalmente o colapso do bloco soviético na transição para a década de 90, acabam

posicionando as nações do sul como competidoras de crédito e recursos em um novo sistema internacional.

Além disso, a gradativa integração dos modelos de CID europeus com o conjunto de políticas desenvolvimentistas capitaneadas pelas instituições de Bretton Woods unifica os parâmetros técnicos e quantitativos utilizados para avaliar a eficácia e validade de iniciativas de CID, esvaziando o caráter político destas iniciativas e reforçando um perfil técnico/científico das mesmas (FERREIRA, 2004, p. 389).

Limites e perspectivas da cooperação Sul-Sul

Embora Bretton Woods tenha fundamentado a ordem econômica global sem participação do Sul, os países em desenvolvimento já começam a se movimentar ainda na década de 50, buscando uma reorganização dessa ordem ou pelo menos a concessão de recursos do norte com os quais promoverem o desenvolvimento doméstico. Ainda na década de 50, assistimos o nascimento da SUNFED como consequência direta das reivindicações elaboradas pelo Sul, uma iniciativa que buscava dar mais destaque para o apoio ao desenvolvimento no hemisfério reorientando os olhares do norte, preocupados sobretudo com a Europa e o Extremo Oriente naquele momento. Ainda assim, seria apenas na década de 70 quando a SUNFED passaria a receber financiamento expressivo capaz de garantir a persecução de seus objetivos (CHATURVEDI, 2012, p. 20).

Este descompasso se explica em parte pela predominância de mecanismos bilaterais nas relações de cooperação no contexto da década de 50 e em parte pelo pouco interesse no hemisfério Sul demonstrado pelos EUA (principal financiador das iniciativas de cooperação da ONU) neste mesmo período. Independentemente, a trajetória da SUNFED demonstra um grande obstáculo enfrentado pelas propostas de cooperação entre as nações do Sul que moldaria a natureza dessa relação nos anos a seguir: A carência de uma infraestrutura que conecte as nações do Sul e a similaridade das economias destes novos atores. (ibid. p. 21)

As condições econômicas desfavoráveis e relativamente compartilhadas entre os atores do Sul impõem limites a idealização de economias de escala e a implementação de políticas de cooperação para o desenvolvimento entre eles. Conseqüentemente, em seus estágios iniciais durante a década de 40 e 50, a CSS se limitou a denúncia conjunta contra o racismo e o colonialismo europeu, sendo temas voltados para a economia e o

comércio internacional mais presentes a partir da década de 60⁹. Assim, a CSS detém nesta fase inicial um caráter de mobilização multilateral na negociação com nações desenvolvidas, onde as nações em desenvolvimento buscam promover reestruturações no sistema comercial internacional.

Apesar destas limitações, Chatuverdi (2012) sublinha algumas parcerias pontuais e estratégicas em determinadas áreas, como missões médicas ou missões de compartilhamento de grãos, parcerias estas que viriam a se tornar mais frequentes e substantivas na medida em que se intensificam as relações entre os países associados. Dentre estas parcerias, o autor destaca algumas iniciativas de cooperação mais ousadas e abrangentes em contextos regionais localizados, sobretudo as iniciativas de cooperação estabelecidas entre os países árabes. Observamos assim, como os obstáculos impostos pelas condições econômicas compartilhadas entre as nações do Sul restringem a CSS, em seus momentos iniciais, a esferas regionais ao mesmo tempo em que limitam sua atuação em escala global a mobilização pelas vias multilaterais já estabelecidas¹⁰.

Por maiores que fossem estes obstáculos no contexto da década de 60, fato é que a década seguinte sugeria a superação dos mesmos. Por um lado, a mobilização multilateral entre os países do Sul se mostra capaz de apresentar uma proposta compreensiva de reformas do sistema econômico internacional, por outro, o mundo se choca quando uma coalizão de países árabes efetivamente “held the world to ransom” (HOBSBAWN, 1995, p. 350), impondo suas demandas de forma tão abruta que alguns aliados americanos chegam a considerar seu afastamento da política externa da superpotência.¹¹

Por outro lado, como demonstrado nas páginas anteriores, à década de 80 marca a desmobilização da CSS e a ascensão de um neoliberalismo político e econômico. As novas condicionalidades e planos de reajuste estruturais associados à transferência de

⁹ Como reforça Costa Leite (2012, p. 15) a organização da UNCTAD e a formação do G77 são marcos do protagonismo que temas econômicos ganhariam nos anos a seguir.

¹⁰ Embora as nações do Sul já se reunissem em fóruns autônomos desde a conferência de Bandung, Ayllon (2014, p. 63) demonstra como estas reuniões raramente resultavam em iniciativas de cooperação colocadas em prática, pelo menos até a década de 70.

¹¹ Curiosamente, os japoneses se mostram particularmente sensíveis as ameaças de boicote feitas pela coalizão árabe. Para mais informações verificar Hobsbawn (1995).

recursos do norte, a crise de endividamento do sul e mesmo a institucionalização de algumas das reivindicações expressas pela NOEI contribuem para essa desmobilização da agenda sulista, efetivamente posicionando as nações do sul como competidoras pela oferta de recursos do norte e gradativamente isolando o estado central (principal coordenador das políticas de CSS) segundo os parâmetros do estado mínimo neoliberal.

A trajetória da CSS exposta acima leva autores como Amsden (2004) apud Costa Leite (2012, p.16) a considerar necessária a emergência de atores do Sul como potências econômicas, capazes de extrapolar os limites regionais que restringem a formulação de economias de escala entre nações do hemisfério, para só então se viabilizar alguma transformação significativa na divisão internacional do trabalho ou no sistema comercial internacional. Além de os países em desenvolvimento não se mostrarem capazes de suprir todas as suas demandas por bens intermediários e de capital, a dependência dos recursos do norte e a inexistência de infraestrutura que conecte as nações do Sul, coibiria o desenvolvimento de um ciclo virtuoso de “collective self reliance” (COSTA LEITE, 2012, p.23), por meio do qual estas nações se independeriam economicamente do Norte na medida em que se intensificam os vínculos comerciais entre elas.

Outro problema surge quando se percebe quão diferentes são as iniciativas de assistência formuladas pelo norte daquelas formuladas no Sul. O protagonismo sul-africano na pacificação regional no Sul da África ou os esforços brasileiros no Haiti¹² por exemplo, não poderiam ser compreendidos pelas concepções nórdicas de assistência oficial para o desenvolvimento (AOD). Assim, a inadequação dos indicadores formulados pelo Norte demonstra um problema de contabilização da CSS, que é aprofundado pelo fato de grande parte dos países envolvidos em tais iniciativas não terem agências especializadas na recepção e redirecionamento dos recursos destinados a cooperação, nem mecanismos sofisticados de coleta de dados (ibid. p.34). A baixa contabilização e a falta de dados confiáveis sobre a CSS acabam determinando assim, seu caráter normativo e favorecendo análises de como ela deve ser ao invés de como ela é.

¹² Costa Leite (2012, p. 31) associa a missão no Haiti às pretensões brasileiras por um assento no conselho de segurança.

Entretanto, as perspectivas da CSS em escala global serão revigoradas na medida em que se aproxima a virada do milênio. A década de 90 marca o crescimento impressionante de algumas potências emergentes, sobretudo de Brasil e China, permitindo-os extrapolar as fronteiras regionais que anteriormente constrangiam suas iniciativas de CSS e tornarem-se protagonistas no contexto da CID como um todo. Mais do que isso, estas novas potências emergentes se associam em uma nova organização internacional que constrói instrumentos e mecanismos responsáveis por coordenar seus esforços de CSS, se apresentando como possível alternativa ao sistema de Bretton Woods e dando origem a organizações como o Banco de desenvolvimento dos BRICS.¹³

Acima de tudo, o surgimento de novas potências emergentes no contexto da cooperação internacional resulta na criação de agências e mecanismos dedicados a contabilizar e administrar os esforços de cooperação empreendidos por elas. Embora os esforços brasileiros iniciados durante o primeiro governo Lula sejam interrompidos pela crise política que o país vive a partir de 2013, às políticas de cooperação chinesa se intensificam e se transformam acompanhadas de bem estruturadas agências que registram toda sua evolução (HONG, 2012). Assim, a observação das relações de cooperação estabelecidas entre a China e outras nações do Sul, possível devido à minuciosa quantificação daquilo que é feito a título de cooperação pelo país, nos permite observar a CSS relativamente protegidos do caráter normativo comumente atribuído a ela e contemplar o terceiro obstáculo enfrentado pelas iniciativas de CSS: seu idealismo.

Como demonstra Chatuverdi (2012), as próprias filosofias que orientam a CNS (Cooperação Norte-Sul) e a CSS detêm uma distinção fundamental: enquanto a primeira se baseia em uma noção de altruísmo e superioridade do Norte, a segunda se baseia na idéia de acordos mutuamente benéficos realizados sobre juramentos prestados a algum tipo de espírito de Bandung. Além dessa versão idealizada da CSS se basear na expectativa de um possível resultado a ser alcançado no futuro, ela aposta na homogeneidade entre essas nações e na ausência de ambições imperialistas por parte

¹³ Embora possam se apresentar como alternativas as instituições de Bretton Woods, Chatuverdi (2012, p. 30) reforça que as instituições originadas no âmbito dos BRICS não se pretendem necessariamente concorrentes delas.

dos países em desenvolvimento, que não imporiam por exemplo, as mesmas condicionalidades sobre os recursos transferidos impostos pelas nações do norte.

As teorias sociais sobre a cooperação, formuladas por autores como Marwell e Schmidt (1975) apud Costa Leite (2012 p. 28) lidam em certa medida com este idealismo. Além de admitirem a centralidade da visualização de recompensas por parte do país doador ou das partes negociantes para a eficácia e manutenção desta relação de doação ou troca, a conceituação destas recompensas se torna objeto de reflexão. Segundo estes autores, as recompensas para a cooperação entre os países do Sul, independente da forma como esta se dá, derivam de configurações políticas internas e resultados que fogem ao escopo de uma simples troca comercial.

Neste sentido, Costa Leite destaca o trabalho de Lancaster (2007) apud Costa Leite (2012 p. 32), conferindo-lhe grande importância para a compreensão das razões pelas quais diferentes países cooperam. Essa autora promove uma observação exaustiva das iniciativas de CID executadas ao longo dos anos por um conjunto de países considerados doadores tradicionais, buscando a quantidade de recursos designados a cooperação, seu destino e as recompensas ou razões que justifiquem tais movimentações por estes doadores tradicionais. Resumidamente, os resultados obtidos por Lancaster (2007) apud Costa Leite (2012 p. 32) demonstram como a razão pela qual os países analisados estabelecem relações de cooperação se origina na consolidação de coalizões políticas em âmbito doméstico favoráveis a tal cooperação, sendo os resultados desta relação e o sentido da cooperação estabelecida, projetados segundo os objetivos formulados por estas coalizões políticas em plano doméstico.

Embora a baixa contabilização daquilo que é feito a título de CSS dificulte a elaboração de reflexões similares a de Lancaster, o caso da cooperação chinesa é contabilizado de maneira singular no contexto da CSS (HONG, 2012). Portanto, ele oferece material com o qual nos distanciar do caráter normativo e idealista freqüentemente atribuído às análises da CSS, permitindo-nos refletir sobre as verdadeiras motivações e aspirações perseguidas no curso das relações de cooperação estabelecidas entre este país e as demais nações do Sul.

O SIGNIFICADO DA ASCENSÃO CHINESA PARA O SISTEMA INTERNACIONAL

A dinâmica de inserção e articulação da China no sistema internacional possui como elemento central a formação de alianças voltadas para o desenvolvimento e a cooperação, de acordo com Zhou (2010 p. 2-4) o padrão da política externa chinesa deriva da natureza do seu sistema político e tem um impacto cada vez mais crescente na sociedade internacional. Ressalta-se ainda que no contexto das relações exteriores a China está “fazendo muitos investimentos internacionais que possibilitam a construção e manutenção de parceiros econômicos e políticos, proporcionando o aumento da influência chinesa, principalmente perante esses atores” (LIMA *et. al.* 2016 p. 69).

Tais características remontam ao processo de abertura da economia chinesa na década de 1970 e 1980 alinhada com a sua necessidade de desenvolvimento econômico e as considerações de como outros atores reagiriam a esse fenômeno, assim a China adotou uma política de poder, conforme aponta Buzan (2014 p. 385-388) que projetasse um revisionismo ortodoxo¹⁴ pautado em uma estrutura de interesses nacionais que adota o desenvolvimento como primeira prioridade alinhada com práticas de cooperação internacional sem desconsiderar seus objetivos militares, políticos e econômicos.

Dessa forma, essa prática política orientada pela chamada *ascensão pacífica*¹⁵ que prioriza o fortalecimento de relações comerciais conjugadas com políticas de desenvolvimento “contém uma teoria sobre como o mundo funciona e como a China deve se relacionar com esse mundo à luz de sua prioridade ao desenvolvimento levando em consideração elementos militares, políticos e econômicos e é sensível ao tipo de imagem que a China deve projetar para o mundo.” (BUZAN, 2014 p. 387).

Outro elemento de fundamental importância é a dimensão política e econômica da China que “representa hoje a segunda maior economia do planeta e o maior parceiro comercial do resto do mundo” (NIU, 2013 p. 198) com forte participação comercial em

¹⁴ Buzan (2014 p.387) apud Buzan (2007 p.237-246) aponta quatro práticas distintas de política de poder: status quo (alinhado com a manutenção das regras e da organização sociopolítica no sistema internacional), revisionistas revolucionários (querem modificar as regras e o status hierárquico do sistema sem preocupar-se com os impactos na estrutura do sistema), revisionistas radicais (buscam mudar as regras dentro da estrutura existente na sociedade internacional) e revisionistas ortodoxos (estão alinhados com as regras do sistema, mas buscam uma redistribuição na hierarquia de poder).

¹⁵ Em inglês *China's 'Peaceful Rise/ Development'*

diversos setores da economia, conjugado ao fato da China ter se tornado “o principal produtor e exportador mundial de produtos de tecnologia da informação (TI) e de bens de consumo industriais intensivos em mão de obra e em tecnologia” (PINTO e GONÇALVES, 2015 p.468).

Nesses termos, "a China define seu interesse nacional de forma ampla, defendendo uma estratégia que promova o desenvolvimento comum e a segurança mundial, ao invés de apenas criar um ambiente favorável ao seu próprio desenvolvimento” (NIU, 2013 p. 198). Nesse ínterim, cabe destacar, por exemplo, o padrão nos empréstimos concessionais chineses que em sua grande maioria são voltados para a construção de infraestrutura de transporte, comunicações e eletricidade (DELLIOUS e FERGUSON 2013 p.2) assim como no projeto *One Belt & Road* ou Nova Rota da Seda (LIMA *et. al.* 2016) que reafirma cada vez mais o protagonismo chinês no comércio global sem criar dinâmicas de condicionalidade estrita para outros atores.

Entretanto, a emergência chinesa rumo a um potencial ciclo hegemônico tem sido um ponto em debate em detrimento do interesse de potências já estabelecidas e do significado do protagonismo chinês no sistema internacional, principalmente em longo prazo. Dessa forma, Niu (2013 p. 198) aponta que a China “precisa tranquilizar o resto do mundo de que sua ascensão é pacífica e não irá ameaçar os interesses de seus parceiros, notadamente diante da crescente desconfiança por parte de seus vizinhos e das potências já estabelecidas”.

Nesse contexto, é perceptível a existência de múltiplas interpretações acerca das potencialidades e impactos da ascensão chinesa, de modo que Zha (2005) aponta para a existência de diferentes debates nos campos teóricos e político para o fato da China representar uma ameaça ou uma ascensão para o leste asiático, em sentido semelhante Putasso e Ungaretti (2017 p.26) ao argumentar acerca da unanimidade teórica sobre o desenvolvimento econômico e impacto da China na política global apontam para as controvérsias “sobre a dinâmica dessa ascensão e seus efeitos para a região e o ordenamento internacional”. Por sua vez, Qin (2014 p. 286 *et. seq*) ao analisar os perigos e a dimensão da estruturação discursiva e dicotômica (perfil baixo *versus* perfil assertivo) acerca do perfil e representação política da China para as relações internacionais aduz que esse tipo de avaliação apesar aparentar ser analiticamente claro

e cientificamente rigoroso pode levar a um erro de avaliação da real política externa da China e do seu comportamento internacional na arena global.

ASPECTOS CENTRAIS DA COOPERAÇÃO CHINESA

A atuação da República Popular da China no âmbito da Cooperação Internacional pode ser compreendida como um modelo particular de cooperação, visto que, conforme já mencionado, obedece a um padrão de condicionalidade distinto dos doadores tradicionais e conforme apontado por Hong (2012 p.134) é um modelo com uma ampla gama de experiências históricas e características próprias capazes de lhe distinguir das estruturas convencionais de cooperação, nesse sentido, acerca da ajuda externa da China a autora aponta que:

A ajuda da China ao desenvolvimento às vezes é concedida por meio de doações e empréstimos sem juros ou a juros baixos, mas mais frequentemente por meio de ajuda em espécie, em vez de dinheiro, por meio de projetos de infraestrutura, equipamentos e pacotes de tecnologia, equipes de médicos e outros especialistas, cursos de treinamento e bolsas de estudo. A China também fornece ajuda humanitária e outra assistência financeira em caso de desastres naturais. Nos últimos anos, a China também anulou dívidas consideráveis de Países Pobres Muito Endividados (PPME) amigáveis. O Livro Branco do governo chinês sobre a ajuda externa da China indicou que a China forneceu um total de 256,29 bilhões de ienes (41 bilhões de dólares) até o final de 2009, dos quais 106,2 bilhões de ienes foram doações, 76,45 bilhões de ienes foram na forma de empréstimos sem juros e ¥ 73,55 bilhões foram empréstimos a juros baixos. No final de 2009, a China cancelou ¥ 25,58 bilhões em dívidas de 49 HIPCS. (HONG, 2012 p.134).

É possível perceber, portanto, que há destinação de uma parcela expressiva de capital destinado para a ajuda externa, bem como, o cancelamento de dívidas para países mais pobres. Outro fator importante apontado pela autora é a importância dada para a ajuda em espécie, caracterizada por uma ampla gama de projetos que buscam oferecer uma melhoria na realidade social dos destinatários em sua maioria, países de renda baixa ou de renda média-baixa, vejamos:

Quase 40% dos beneficiários da China são países menos desenvolvidos, 23,4% são países de baixa renda, quase 20% são países de renda média-baixa. Nos últimos sessenta anos, a China empreendeu cerca de dois mil

projetos de ajuda ao desenvolvimento em mais de cem países e regiões, entre os quais mais de dois terços estão nos países menos desenvolvidos e em outros países de baixa renda. A África ficou com 45,7 por cento da participação, a Ásia 32,8 por cento e a América Latina e o Caribe 12,7 por cento. Esses projetos incluíam ferrovias, rodovias, usinas de energia, esquemas de conservação de água, fazendas, escolas, hospitais e instalações esportivas, todos com o objetivo de melhorar a vida cotidiana nos países beneficiários. Em um contexto mais amplo, de 1963 a 2009 cerca de 21.000 médicos chineses deram tratamento a 260 milhões de pessoas em outros países em desenvolvimento e, de 1953 a 2009, a China ofereceu treinamento a mais de 120.000 pessoas de países em desenvolvimento. (HONG, 2012 p. 134)

Apesar de discordar acerca do fato de que a ajuda chinesa pode ser enquadrada em uma concepção ocidental de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento delineando outros objetivos para a ajuda externa da China ¹⁶ Bräutigam (2011 p.775) aponta que o programa de ajuda externa administrado pelo Ministério do Comércio e pelo Eximbank¹⁷ combina aspectos de diplomacia, desenvolvimento e objetivos de negócios e buscam não só fomentar melhorias nos países em desenvolvimento, mas também, impulsionar a cooperação econômica entre esses países e a China. Evidencia-se dessa forma, não só o aspecto solidário dessa ajuda, mas também a obtenção de objetivos políticos e comerciais a médio e longo prazo por parte do governo chinês.

Os objetivos diplomáticos, de desenvolvimento econômico e centrados em características próprias de cooperação e ajuda externa, podem ser observados a partir dos diferentes períodos da ajuda externa chinesa apontados por Hong (2012), conforme o quadro a seguir:

¹⁶ Para mais informações ver BRÄUTIGAM (2011).

¹⁷ Banco de Importação e Exportação da China

Períodos da ajuda externa chinesa.	
Período	Características centrais
1º Período (1949-1978)	<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalismo proletário; • Ajudas orientadas ao campo socialista e países aliados; • Resposta ao isolamento econômico do período da Guerra Fria na construção de uma ordem política alternativa; • Relações baseadas na igualdade, benefício mútuo e nos oito princípios da cooperação; • Binômio político-administrativo na condução dos projetos (governo central <i>versus</i> ministérios e comissões); • Projetos de baixo retorno financeiro e baixa exigibilidade; • Projetos de longo prazo.
2º Período (1978-1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso na ONU e aumento da demanda por ajuda externa com comprometimento significativo do orçamento nacional; • Observância do valor do investimento, prazo de construção e qualidade dos projetos e consequente revisão de aspectos chave da cooperação para alinhar os interesses internacionais e domésticos; • Três aspectos chaves na política interna de Deng Xiaoping passam a interferir nas dinâmicas de ajuda: “o que reformar, o que manter e o que melhorar”; • Duplo dilema da cooperação (país na condição de doador e receptor) e expansão de trocas econômicas; • Revisão dos métodos empregados na ajuda externa (princípio da eficiência); • Preservação da ajuda externa como forte elemento estratégico; • Entraves técnicos para ajuda externa e cooperação técnica e gerencial pós-implantação dos projetos; • 14º Congresso nacional do PCC; • Contabilidade econômica como um elemento de autossuficiência; • Redução de encargos financeiros estatais; • Interferência gradativa pautada em “pressupostos técnicos”; • Modificação de 8 princípios para 4: • Igualdade e benefício mútuo, busca por resultados práticos, diversificação de formas de cooperação e busca por desenvolvimento comum. • Mudanças significativas em termos de política, metodologia, gestão e organização: <ol style="list-style-type: none"> a. Redução da ajuda (comprometimento fiscal do Estado); b. Modificação de métodos da ajuda (eficácia e gestão); c. Alinhamento às regras de mercado (presença de fundos, taxas de juros e financiamentos, aumento da participação de empresas, <i>joint-ventures</i>, fundos acionários e de participação privada); d. Aumento da <i>accountability</i> e da <i>compliance</i>; • Banco de desenvolvimento opera em maior consonância com as regras de mercado;

3º Período (2000-atualmente)	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação dos mecanismos de cooperação estabelecidos anteriormente; • Protagonismo de formas de cooperação “centrada nas pessoas” • Intercâmbio de altos funcionários, fornecimento de bolsas de estudo, envio de médicos e insumos farmacêuticos; • Enfraquecimento da “ética de trabalho¹⁸” em detrimento de objetivos contratuais; • Aumento das plataformas de diplomacia; • Políticas voltadas para redução da pobreza;
------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 1 – Ajuda Chinesa em Perspectiva Histórica. Elaborado a partir de Hong (2012)

Observa-se a partir do quadro acima, elaborado com base na análise histórica de Hong (2012), três períodos distintos da ajuda externa e cooperação internacional chinesa que estão diretamente relacionados com a dinâmica da política doméstica chinesa. O primeiro período é caracterizado pela dinâmica de alinhamento do Partido Comunista Chinês com países do “terceiro mundo”, durante o período da guerra fria e a condução estratégica da cooperação como um instrumento para a realização de relações políticas e comerciais (op. cit.). O segundo período, acompanha a abertura da economia chinesa pós-Deng Xiaoping e uma reestruturação na metodologia da ajuda externa e cooperação com vistas a otimização de recursos e um alinhamento com elementos mercadológicos e de capital privado, sem descaracterizar o papel político-estratégico da cooperação (op. cit.). O terceiro período é marcado pela preservação do *modus operandi* da cooperação estabelecido no período anterior, com modificações provenientes da modificação do papel da China no plano internacional, principalmente a entrada na China na OMC (op. cit.).

Para além da dinâmica de ajuda para o desenvolvimento, Martin (2018 p.60 *et. seq.*) aponta para a construção de um regime de cooperação sul-sul por parte da China a partir do desenvolvimento de organismos de natureza político-financeira, quais sejam, o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura e Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China, para o autor, a construção desse regime demanda que esses esforços estejam conjugados com um processo de financiamento voltado para o desenvolvimento econômico e de infraestrutura e um sistema de monitoramento e avaliação de políticas, voltados para a transparência e prestação de contas (op. cit.).

¹⁸ Para mais informações, ver Hong (2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou apontar a existência de pressupostos teóricos que indicam como a cooperação é um instrumento para a projeção de interesses nacionais. Nessa perspectiva, foi analisada a trajetória institucional do regime de cooperação construído pelos doadores tradicionais do norte e os limites das relações de cooperação estabelecidas entre as nações do Sul. Dessa forma, esperamos ter destacado a maneira como motivações geopolíticas e econômicas são determinantes na elaboração dos objetivos perseguidos por relações de cooperação, mas também condicionantes das perspectivas e limites experimentados por essas relações.

Tal afirmação remete diretamente ao papel transformador das potências emergentes no contexto da CID internacional, responsáveis por elaborar tradições de cooperação próprias e cujo potencial econômico abre novas possibilidades de cooperação entre as nações do Sul. Encontramos-nos então, diante do cenário sugerido pelas teorias sociais da cooperação (COSTA LEITE, 2012 p.31), onde novas potências surgem desafiando a dependência técnica e infra-estrutural entre Norte e Sul.

Essa perspectiva motiva nossa observação das particularidades da ascensão chinesa no sistema internacional, que busca seu padrão de atuação e quais os seus possíveis significados e interpretações. Dessa forma foram discutidos quais são os aspectos centrais da cooperação e ajuda externa da China, evidenciando-se a natureza da ajuda, os seus receptores, particularidades e seus diferentes períodos históricos.

Observa-se assim a natureza política da cooperação chinesa, que busca aliar os interesses estratégicos do estado com uma política externa centrada na ajuda em espécie, na cooperação Sul-Sul e na construção de um regime internacional de cooperação, distinto daquele conduzido pelos doadores tradicionais e que busca promover o desenvolvimento econômico e social em longo prazo. Espera-se a partir dessas considerações, não esgotar o debate, dada a amplitude e complexidade teórica do assunto em análise, mas identificar pontos chave que possam servir como instrumento para análises e discussões subsequentes.

REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto; DOLLAR, David. **Who gives foreign aid and to whom and why?** National Bureau of Economic Research. Working Paper 6612, 1998.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**. Out. 2007.

BRÄUTIGAM, Deborah. Aid 'with Chinese characteristics': Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime. **Journal of international development**, v. 23, n. 5, p. 752-764, 2011.

BUZAN, Barry. The logic and contradictions of 'peaceful rise/development' as China's grand strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 4, p. 381-420, 2014.

DELLIOS, Rosita; FERGUSON, R. James. **China's quest for global order: from peaceful rise to harmonious world**. Lexington Books, 2012.

HONG, Zhou. China's evolving aid landscape: crossing the river by feeling the stones. In: CHATURVEDI, Sachin; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (ed.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?**. London/New York: Zed Books, 2012.

LIMA, Marcos Costa; et al. Nova rota da seda e a ascensão pacífica chinesa. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 7, no1, Jan-Jun 2016.

MARTÍN, Rafael Domínguez. China y la construcción de um régimen internacional de Cooperación Sur-Sur. **Rev. Carta. Inter.**, Belo Horizonte, v.13, n.1, 2018.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, n. 26, p. 39-46, 2010.

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **The American Political Science Review**. p.301-309.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**, v. 35, p. 197-229, 2013.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. **Estudos Internacionais**, v. 4, n. 3, p. 25-44, 2016.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 449-479, 2015.

QIN, Yaqing. Continuity through change: Background knowledge and China's international strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 3, p. 285-314, 2014.

ZHA, Daojong. **China's "Peaceful Rise" and Prospects for Peace in Northeast Asia**. Working Paper (Seoul: Centre for International Studies, Yonsei University, 2005).

MILANI, Carlos. A evolução histórica da Cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André de Mello e (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Cooperação internacional para o desenvolvimento: institucionalidades e agendas em distintos contextos econômicos e políticos. In: IVO, Anete B.L. (org.). **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica**. Salvador: EDUFBA, 2016.

FERREIRA, Eduardo Paz. **Valores e interesses: desenvolvimento econômico e política comunitária de cooperação**. Coimbra: Almedina, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSTA LEITE, Iara. **Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos**. Observador Online, v.7, n.03, mar. 2012.

CHATURVEDI, Sachin. Development cooperation: contours, evolution and scope. In: ____; FUES, Thomas; SIDIROPOULOS, Elizabeth (ed.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?**. London/New York: Zed Books, 2012.

WEBER, Heloise. **The political significance of Bandung for development: challenges, contradictions and struggles for justice** (2016). In Quynh N. Pham and Robbie Shilliam (Ed.), *Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions* (pp. 153-164) London, United Kingdom: Rowman & Littlefield.

AYLLÓN, Bruno. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, André de Mello e (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.

MURPHY, Craig. **Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850**. SP: Editora UNESP, 2014.